

Brasília deve ser considerada uma região? Quase todos disseram sim

No segundo painel do Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, realizado ontem, dois pontos principais foram abordados, mostrando certa concordância entre todos os expositores. Em primeiro lugar, considerar Brasília como uma região - abrangendo inclusive cidades do Goiás e Minas Gerais. Segundo, a necessidade de um órgão, comissão ou sistema de planejamento capaz de disciplinar, orientar e controlar projetos ou decisões que se refiram direta ou indiretamente - à urbanização. Como observou o arquiteto Alfredo Gastal, houve uma certa homogeneidade de idéias.

Praticamente há um consenso da necessidade de se criar em Brasília um organismo efetivo que coordene o planejamento e as ações decorrentes dele. E que seja integrado, não somente por um órgão técnico, ou seja, colocado dentro de organismo de uma forma isolada.

"Brasília - institucionalização do planejamento urbano como processo e adequação do Plano Piloto original à realidade em evolução" foi o tema abordado pelos seis expositores ontem.

O professor Ricardo Libanez Farret, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, enfocou o aspecto regional de Brasília, em relação a Anápolis e Goiânia. Em outras palavras, afirmou Farret, o Plano Piloto não teria significado nenhum isoladamente, se ele não estivesse relacionado com outras cidades - inclusive do estado de Goiás - que compõem a região geo-econômica de Brasília. Já deveria se pensar

num organismo que tratasse num nível mais amplo da região geo-econômica de Brasília.

Parece-me que o organismo mais capacitado para essas funções seria a Sudéco (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste). Não como um todo, mas dentro da Sudéco poderia haver um grupo especificamente encarregado dessa região geo-econômica de Brasília. Ou seja, esse grupo de trabalho - que hoje existe e que tem uma duração efêmera - poderia ser mantido, considerado de caráter permanente e vinculado ao organismo responsável pelo planejamento da região Centro-Oeste.

O economista Jardel Barcelos de Paula, da Codeplan, preferiu responsabilizar sua exposição ao pioneiro, ex-aluno e ex-professor da UnB - ele mora em Brasília desde 1960 - que guarda a frustração de não ter conseguido fazer executar o "Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal". E citou dois equívocos que vêm incorrendo tanto nas questões inerentes à construção de Brasília, como também no desenvolvimento do Distrito Federal. O primeiro equívoco é a confusão que se faz entre o plano como documento, e planejamento como processo. Outro equívoco é considerar a suficiência do plano de arranjo espacial dos equipamentos comunitários - plano urbanístico - frente à necessidade sócio-econômica de um plano diretor de desenvolvimento integrado.

Afirmou Barcelos, que, como consequência última da inexistência de acompanhamento e controle da execução de programas, os problemas urbanos e sócio-

econômicos se agravam, implicando em gradual redução do índice de qualidade de vida da comunidade. Concluindo, o engenheiro Barcelos apresentou as seguintes proposições para serem apreciadas:

- Criação de uma comissão permanente para o desenvolvimento de Brasília, destinada a traçar as diretrizes de desenvolvimento integrado do Distrito Federal, composta por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério do Interior, do Estado Maior das Forças Armadas e do Governo do Distrito Federal.

- Criação de uma Comissão Técnica para assessorar a Comissão Permanente formada por elementos do IPLAN, Codebrás, do Gemud, do SER-FLAU, do BNH, da Sudéco, Codeplan, da Novacap e da Universidade de Brasília.

- Intenso processo de acompanhamento geral e de discussão das questões referentes ao desenvolvimento de Brasília e à administração do Distrito Federal, pela Comissão do Distrito Federal no Senado.

Participaram deste painel o professor Ricardo Libanez Farret, da Universidade de Brasília; engenheiro Lúcio Gomide, da Secretaria de Viação e Obras; arquiteto Alfredo Gastal, do Ministério do Interior; arquiteto Amílcar Coelho do Instituto de Arquitetos do Brasil; economista Jardel Barcelos de Paula, da Codeplan, professor José Alexandre Felizola Diniz, da UnB, e engenheiro Gildart Giambastiani da Silva, representante da Cotelh.